

A314427

**DIVERGÊNCIA** AGÊNCIA PROPÕE QUE INVESTIMENTOS PARA AMPLIAÇÃO DA RODOVIA SEJAM INICIADOS A PARTIR DO QUARTO ANO DE PRIVATIZAÇÃO, O QUE NÃO INTERESSA AO ESTADO

# Estado discorda da proposta federal de privatização da BR 101

A pedido do governo estadual, trecho da estrada deve ser retirado do texto do edital

DENISE ZANDONADI  
dzandonadi@redegazeta.com.br

O trecho da BR 101 que corta o Espírito Santo de Norte a Sul – 458 quilômetros – não será mesmo incluído na proposta de edital que a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) encaminhou ontem para o Ministério dos Transportes. A pedido do próprio governo do Estado, o trecho deve ser retirado do pacote porque a modelagem de privatização não atende às necessidades de melhoria da rodovia.

O secretário de Projetos Especiais, William Galvão informou que a proposta apresentada pelo governador Paulo Hartung ao governo federal em junho continua valendo. “O pedido foi pela retirada deste trecho do edital de concessão por várias razões. Em primeiro lugar, os investimentos para recuperação e ampliação da rodovia deverão ser iniciados a partir do quarto ano de privatiza-

ção, o que não interessa ao Estado”, explicou Galvão.

A chamada modelagem é a forma como será feita a concessão e, no caso deste pacote, o pedágio, anteriormente definido em R\$ 4,80, passaria a ser cobrado sete meses depois de feita a concessão. Seriam seis praças de pedágio ao longo dos 458 quilômetros da BR no Estado.

**Idéias.** O governador já solicitou ao governo federal a inclusão da carteira dos Projetos Pilotos de Investimento (PPI), os projetos referentes aos três principais gargalos da rodovia no Espírito Santo. O primeiro deles é o trecho do contorno de Vitória, cuja duplicação dos 25 quilômetros foi solicitada.

Outra obra que deverá entrar na carteira do PPI é a construção de uma variante em Icoinha para que a rodovia deixe de passar dentro da cidade. Além disso, o governo estadual reivindica também a construção de uma variante na cidade de Pedro Canário, no extremo Norte, incluindo-se a construção de uma ponte.

Essas obras estão avaliadas em cerca de R\$ 150 milhões, mas não dependem de recursos federais, mas do Banco Mundial, segundo Galvão. “A proposta é que sejam incluídas nas obras a serem feitas no próximo ano”, disse ele.



**RESPONSÁVEL.** Edital de privatização da estrada está sendo elaborado pela ANTT. FOTO: CARLOS ALBERTO DA SILVA

## ENTENDA O CASO

■ **Retirada.** O governo do Estado pediu a retirada do trecho capixaba da BR 101 deste pacote de licitação por considerar que a modelagem adotada – investimentos depois de quatro anos e pedágio depois de sete meses da privatização – não é a mais indicada.

■ **Valor.** Inicialmente, o pedágio será de R\$ 4,80, mas já se fala em 20% a menos. Nos 458 km da rodovia que cortam o Estado teriam seis praças de pedágio.

■ **Apoio.** Apesar de considerar necessária a concessão, os empresários do setor de transporte no Espírito Santo apoiaram a decisão do governo de pedir a retirada.

■ **Análise.** Os editais de licitação ainda estão no Tribunal de Contas da União (TCU) para serem avaliados. A concessão é de 25 anos. O processo de privatização inclui oito lotes de trechos de estradas federais em vários estados.